

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.275.948 - SP (2018/0082803-0)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
AGRAVANTE : **PAULO BERNARDO SILVA**
ADVOGADO : **JULIANO JOSE BREDAS - PR025717**
ADVOGADOS : **VERÔNICA ABDALLA STERMAN - SP257237**
: **LAIZA ROESNER SIN - SP399805**
AGRAVANTE : **GUILHERME DE SALLES GONCALVES**
ADVOGADO : **ALAMIRO VELLUDO SALVADOR NETTO - SP206320**
ADVOGADA : **REGINA CIRINO ALVES FERREIRA DE SOUZA - SP287667**
AGRAVANTE : **PAULO ADALBERTO ALVES FERREIRA**
ADVOGADOS : **JOSÉ ROBERTO BATTOCHIO - SP020685**
: **GUILHERME OCTÁVIO BATTOCHIO - SP123000**
: **RICARDO LUIZ DE TOLEDO SANTOS FILHO - SP130856**
: **LEONARDO VINICIUS BATTOCHIO - SP176078**
AGRAVADO : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto por PAULO BERNARDO SILVA contra decisão que negou seguimento ao recurso especial ajuizado contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

Tendo em vista que a pretensão aqui formulada – reconhecimento do juízo competente – já foi obtida por ocasião da concessão da ordem no HC n. 415.597/PR, impende reconhecer que o presente recurso perdeu seu objeto.

Eis a ementa do referido julgado:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. AÇÃO PENAL. DEFINIÇÃO DE JUIZ COMPETENTE. CONFLITO DE COMPETÊNCIA PROVOCADO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. PRECLUSÃO. OCORRÊNCIA. MANUTENÇÃO DO JUÍZO QUE SE DECLAROU COMPETENTE.

1. De acordo com a jurisprudência firmada por esta Corte de Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal, eventual nulidade pela inobservância da regra de prevenção não é absoluta, mas relativa, cujo reconhecimento está condicionado à alegação no momento processual oportuno e à demonstração do prejuízo suportado pela parte, sob pena de preclusão. [...] A questão inclusive foi objeto de súmula no Supremo Tribunal Federal, editada sob o n. 706, prevendo: É relativa a nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção (HC n. 225.316, Ministro Og Fernandes, DJe 9/10/2013).

2. O Ministério Público Federal provocou conflito de competência para se decidir qual juiz seria o competente para processar e julgar

a Ação Penal n. 0009462-81.2016.403.6181, muito após ter sido intimado da decisão que definiu o Juiz titular da 6ª VFC de São Paulo como competente, agindo depois de ter tido a oportunidade de se manifestar nos autos, por diversas vezes, e sem indicar qual o prejuízo que justificaria a nulidade dessa decisão, o que deu causa à preclusão.

3. Não há conflito positivo de competência no presente caso, tendo em vista não ter ocorrido a manifestação de dois juízos no sentido de serem competentes para processar e julgar a mesma ação penal.

4. Ordem concedida para reconhecer o Juiz titular da 6ª VFC/SP como competente para processar e julgar a Ação Penal n. 0009462-81.2016.403.6181.

(HC 415.597/SP, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, relator p/ Acórdão Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 02/10/2018, DJe 03/12/2018)

Ante o exposto, **julgo prejudicado o recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator